

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

DIREITOS HUMANOS: TEORIA CRÍTICA, ATUAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA

DISCIPLINA

CUIDADOS COLETIVOS E ATUAÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

EMENTA

O trabalho e atuação na área de direitos humanos implica uma série de impactos tanto na segurança, quanto na saúde mental daqueles e daquelas que estão na linha de frente. O Brasil especialmente é considerado o 4º país menos seguro para atuação neste campo. Esta disciplina busca apresentar o quadro geral de violações de direitos humanos contra defensoras e defensores, as normas e programas de proteção e seus desmontes, estratégias coletivas de cuidado e de segurança para esses atores.

DISCIPLINA

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E SUAS DIFERENÇAS/ FINANCIAMENTO

EMENTA

1. Existem uma série de formas de atuar em direitos humanos como ser apoiador ou parte de movimentos sociais, advocacia popular, criar fundações, associações, ONGs, organizações sociais, atuar por meio de conselhos de classe ou instituições de estado. Estas múltiplas formas de estruturação implicam níveis de agência e possibilidades de atuação com vantagens e limitação distintas. Uma segunda questão enfrentada por aquelas e aqueles que atuam no campo é sua estruturação institucional e, especialmente, formas de sobrevivência material não apenas dos defensores, como também das próprias organizações e suas estratégias. Esta disciplina busca elaborar como são os procedimentos para criação de ONGs, fundações e instituições, além de modos com que estas possam garantir sua subsistência e de suas atividades, como elaboração de projetos, relações com financiadores, possibilidade de criação de cooperativas e de economia solidária. Por fim, também irá tratar de direitos trabalhistas e previdenciários e a necessidade de asseguramento de tais direitos para os trabalhadores de direitos humanos.

DISCIPLINA

INTRODUÇÃO A TEORIAS CRÍTICAS DO DIREITOS HUMANOS

EMENTA

A disciplina busca apresentar um olhar sobre os direitos humanos partir de diferentes bases teóricas, dentre as quais citamos teoria crítica do direito, teoria crítica racial, teoria crítica feminista, teorias decoloniais e pós coloniais, estudos subalternos, teorias marxistas, dentre outras.

DISCIPLINA

INTRODUÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA AOS DEBATES ENTRE DIREITOS HUMANOS E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

EMENTA

Os espaços de privação de liberdade são constituídos por quaisquer locais em que o direito de ir e vir não é facultado àqueles e àquelas que neles se encontram. Tal isolamento ocasiona uma série de violações massivas de direitos humanos sendo tal população especialmente vulnerável, possuidora de direitos específicos, que inclusive são transversalizados por outras opressões estruturais. Esta disciplina busca dar um panorama sobre estas diversas instituições totais e compreender os direitos existentes para essa população em geral, assim como para os grupos específicos como mulheres, população LGBTI+, portadores de deficiência, usuários problemáticos de drogas, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com sofrimento psíquico, dentre outros, enfatizando o caráter racializado desta violência. Ademais, refletir-se-á sobre as possibilidades de incidência em direitos e prevenção e combate a tortura nestes locais.

DISCIPLINA

INTRODUÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EMENTA

Um dos grupos mais vulneráveis da sociedade, crianças e adolescentes possuem uma série de direitos e proteções específicas das quais fazem jus, preconizados pelo ECA, normativas internacionais de direitos humanos e demais legislações, de modo que possa ser efetivado os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente. Não obstante, a prática, especialmente em tempo recente, vem sendo preconizada pela criminalização massiva da juventude negra, violência contra adolescentes LGBTIs, contra meninas, dentre uma série de outras violações de seus direitos basilares. Esta disciplina busca dar um panorama de tais direitos e refletir sobre estratégias e mecanismos para sua proteção já disponíveis e ferramentas que podem ser exploradas no sentido de prevenção e combate às violações.

DISCIPLINA

INTRODUÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA AOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

EMENTA

Brasil possui um alto índice de conflitos por terra e território, etnicídio indígena e quilombola, falta de acesso à saúde, à moradia adequada, à água e à segurança alimentar. Esta disciplina busca analisar aspectos gerais de violações de direitos humanos neste campo, políticas públicas disponíveis, padrões de direitos humanos internos e internacionais que visem a superação destes problemas, estratégias de

ação conjunta e as diversas metodologias utilizados por advogados populares, movimentos sociais, defensores de direitos humanos, organizações não governamentais e coalizão por direitos em curso.

DISCIPLINA

INTRODUÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA AOS DIREITOS RELACIONADOS A GÊNERO E SEXUALIDADE

EMENTA

Os direitos de mulheres e da população LGBTI+ vêm sendo duramente atacados a partir de uma perspectiva heterocisnormativa, masculinista e LGBTI+fóbica que permeia de modo cada vez mais agudo e naturalizado as relações sociais e as instituições públicas. A disciplina busca refletir sobre os direitos e estratégias específicas sobre as múltiplas violações vivenciadas por estes grupos como violência doméstica e intrafamiliar, privação de liberdade, direitos sexuais e reprodutivos, acesso à saúde, dentre outros.

DISCIPLINA

LITÍGIO ESTRATÉGICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E A ADVOCACIA POPULAR

EMENTA

Uma série de estratégias podem ser utilizadas para a incidência em políticas públicas como litígio estratégico na área cível, criminal, internacional, constitucional. Esta disciplina busca elaborar essas diversas estratégias, se valendo de metodologias e teorias apresentadas na primeira disciplina, levando em conta a necessidade de sua complementação pela atuação dos movimentos sociais, de advocacy e comunicação.

DISCIPLINA

MEMÓRIA E VERDADE

EMENTA

A memória é um direito fundamental e, como tal, precisa ser compreendida dentro do campo do direito e em sua relação com as Teorias da Justiça. Sua proteção ocorre principalmente a partir da efetivação de políticas públicas. Governos autoritários e ditatoriais que violam sistematicamente direitos e garantias individuais e coletivas alteram o funcionamento do sistema de justiça e também da política das sociedades. A observação de experiências de Justiça de transição em outras democracias favorece a reflexão sobre os mecanismos brasileiros de afastamento e encontro com seu passado. A disciplina quer desenvolver ferramentas para a efetivação do direito à memória e para a incidência nas políticas de proteção da memória

DISCIPLINA

METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA E SEMINÁRIOS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EMENTA

Noções gerais sobre a Teoria do Conhecimento. O método científico e seus processos. A pesquisa científica como maturação jurídica como mecanismo de renovação da Teoria do Direito. A pesquisa jurídica como elemento de sintonia entre a Ciência jurídica e seus tipos: bibliográfica, documental e social. A pesquisa jurídica e suas metodologias: histórica, descritiva e de planejamento, coleta e análise de dados, os relatórios preliminar e final. O projeto de pesquisa e seus elementos constitutivos

DISCIPLINA

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO POLÍTICAS DE ESTADO PARA A REALIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E PARA O REFORÇO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

EMENTA

A partir da década de 90 a participação direta na formulação e controle de políticas públicas por meio de comitês e conselhos foi uma estratégia central para o campo dos direitos humanos. Estes modos de participação também vêm sofrendo duros desmontes nos últimos anos. Do mesmo modo a atuação interinstitucional e com a sociedade civil é o marco desses espaços. Assim como os conselhos, diversas outras políticas públicas, muitas das quais o controle social era feito a partir destes espaços, vêm sofrendo impactos profundos, seja por meio de ausência de aporte orçamentário, sucateamento, desestatização e administração a partir da iniciativa privada. O principal modo concretização dos princípios constitucionais e dos direitos humanos é por meio de políticas públicas. Assim a disciplina irá abordar tanto a urgência, necessidade e estruturação dos conselhos e comitês participativos, como avaliar as consequências nas políticas públicas de seu enfraquecimento, levando ao descumprimento de uma série de direitos humanos preconizados, refletindo sobre estratégias de incidência para impedir os severos retrocessos na participação democrática.

DISCIPLINA

RELAÇÕES RACIAIS E COALIZÕES PARA DIREITOS HUMANOS

EMENTA

O racismo é estruturante das relações de poder estabelecidas no país e as relações interraciais são centrais aos debates, inclusive, internos no campo dos direitos humanos, pari passu as relações de gênero e sexualidade. A diversidade do campo torna necessário uma reflexão crítica sobre a própria posição de privilégio e agência dos membros que atuam dentro do campo dos direitos humanos. Assim a disciplina busca elaborar mais profundamente o tema da história das relações raciais no Brasil, a centralidade do movimento negro e feminismo negro nas lutas, a necessidade de reflexão sobre branquitude, dentre outros.
